Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021

TRIBUTOS	SETORES/ PROGRAMAS	LEI	TEXTO	PREVISÃO (R\$ milhões)			PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO
				2021	2022	2023	
IPU	Entidades habitacionais	Art. 7º da Lei nº 17.217, de 23/10/19	Art. 7º Veda-se a restituição de importâncias recolhidas a este título e inclusive na hipótese prevista no inciso I do § 2º do art. 5º da Lei nº 15.360, de 14 de março de 2011, com remissão aos créditos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, vencidos até a data de entrada em vigor desta Lei, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, bem como anistias em parcelamentos, de imóveis adquiridos em operações vinculadas ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, ao Programa Crédito Solidário - PCS, pelo Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social, pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, pelo Fundo Municipal de Habitação ou em ações habitacionais desmembradas no âmbito do Programa FUNAPI, tenha a área sido objeto de alienação ou não, pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDEURB ou que tenham sido transferidos do patrimônio da União Federal ou de qualquer de suas autarquias ou órgãos por meio de recursos de teses fundas ou entidades no âmbito de programas habitacionais.	-	-	-	Remissão
IPU	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Incentivados	Art. 2º e 3º da Lei nº 14.561, de 20/05/07	Art. 38. A pessoa física ou jurídica que esteja doando em moeda corrente para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUMCAD indicará a agremiação, federação ou confederação desportiva a ser beneficiada com incentivo fiscal ora instituído (Art. 2º da Lei nº 14.501, de 20/03/07).	1,52	1,57	1,63	Benefícios financeiros e creditícios
IPU	Proprietários de imóveis contemplados	Art. 38º da Lei nº 14.125, de 28/12/05, com a redação da Lei nº 14.260, de 09/01/07	Art. 102. Ficam isentas da incidência do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU os imóveis parcelados irregularmente, assim reconhecidos pelo Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo - RESCOLD, da Secretaria Municipal de Habitação - SEMUHAB, nos termos da Lei nº 11.775, de 29 de maio de 1995, e da Lei nº 13.428, de 10 de setembro de 2002, insentidos em Zona Especial de Interesse Social - ZEIS (Art. 26 da Lei nº 14.125, de 28/12/05, com a redação da Lei nº 14.260, de 09/01/07). Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo vigorará a partir de 30 de dezembro de 2005, até o exercício da emissão do Auto de Regularização ou da conclusão do cadastro fiscal da área parcelada, o que primeiro ocorrer.	3,13	3,25	3,36	Isenção
ITBI	Entidades habitacionais	Art. 4º da Lei nº 13.402, de 05/08/02, com a redação da Lei nº 13.680, de 10/12/03	Art. 164. Ficam isentas do imposto as transmissões de bens ou de direitos relativos a imóveis habitacionais (Art. 4º da Lei nº 13.402, de 05/08/02, com a redação da Lei nº 13.680, de 10/12/03), pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU.	4,70	4,87	5,04	Isenção
ITBI	Entidades habitacionais	Art. 4º da Lei nº 13.402, de 05/08/02, com a redação da Lei nº 13.680, de 10/12/03	Art. 164. Ficam isentas do imposto as transmissões de bens ou de direitos relativos a imóveis habitacionais (Art. 4º da Lei nº 13.402, de 05/08/02, com a redação da Lei nº 13.680, de 10/12/03), pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COMHAB-SP.	3,12	3,23	3,34	Isenção

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021

TRIBUTOS	SETORES/ PROGRAMAS	LEI	TEXTO	PREVISÃO (R\$ milhões)			PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO
				2021	2022	2023	
COSP	Municípios de baixa renda	Art. 9º da Lei nº 13.479, de 30/12/02 e Art. 2º da Lei nº 14.125, de 28/12/05	Art. 125. Ficam isentas da Contribuição de Contribuintes vinculada às unidades consumidas classificadas como "tarifa social de baixa renda" pelo critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (Art. 9º da Lei nº 13.479, de 30/12/02).	41,30	42,74	44,24	Isenção
ISS	Serviços de saúde, engenharia, contabilidade, economia e advocacia	Art. 15 da Lei nº 13.701, de 24/12/03, com a redação da Lei nº 14.885, de 28/12/09	Art. 201. Adota-se a regime especial de recolhimento do imposto quando os serviços descritos nos subitens 4.31, 4.32, 4.36, 4.38, 4.11, 4.12, 4.14, 4.16, 5.01, 7.01 (exceto parágrafo), 7.13, 7.15, 7.18 da lista do "caput" do artigo 173, bem como aqueles próprios de economistas, foram prestados por sociedade constituída na forma do § 1º deste artigo, estabelecendo-se como receita bruta mensal o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) multiplicado pelo número de profissionais habilitados no exercício de suas atividades (Art. 15 da Lei nº 13.701, de 24/12/03, c/c a Lei nº 14.885, de 28/12/09).	989,41	1.028,42	1.091,02	Potencial Arrecadatório Não Exercido
IPU	Prestadores de serviços e incentivos	Art. 6º da Lei nº 15.413, de 20/07/11	Art. 369. Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento poderão ser utilizados para pagamento dos seguintes impostos, prêmios ou de terrenos: (Art. 6º da Lei nº 15.413, de 20/07/11).	67,44	69,80	72,24	Benefícios financeiros e creditícios
ISS	Prestadores de serviços e incentivos	Art. 6º da Lei nº 15.413, de 20/07/11	Art. 368. Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento poderão ser utilizados para pagamento dos seguintes impostos, prêmios ou de terrenos: (Art. 6º da Lei nº 15.413, de 20/07/11).	67,44	69,80	72,24	Benefícios financeiros e creditícios
IPU	Imunidades constitucionais	Art. 150, VI da Constituição Federal	Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:	1.272,12	1.319,83	1.366,02	Imunidades
ITBI	Imunidades constitucionais	Art. 150, VI da Constituição Federal	Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:	22,47	23,25	24,07	Imunidades
ISS	Imunidades constitucionais	Art. 150, VI da Constituição Federal	Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:	2.371,31	2.515,68	2.668,80	Imunidades

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021

TRIBUTOS	SETORES/ PROGRAMAS	LEI	TEXTO	PREVISÃO (R\$ milhões)			PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO
				2021	2022	2023	
IPU	Proprietários de imóveis contemplados	Art. 1º, Lei nº 17.002, de 23/05/19	Art. 1º Ficam remissos, vedada a restituição de qualquer quantias recolhidas a esse título, os créditos tributários do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, para os exercícios de 2014 a 2018, relativos à diferença nominal entre os valores semelha mediante as respectivas Notificações de Lançamento de cada exercício e os valores efetivamente devidos, decorrentes da perda na redução do desconto previsto no art. 7º da Lei nº 15.888, de 5 de novembro de 2011, ocorrida em função das atualizações anuais do valor anual do imóvel, bem como da atualização promovida pela Lei nº 16.788, de 21 de dezembro de 2017.	27,85	28,62	29,62	Remissão
IPU	Proprietários de imóveis contemplados	Art. 2º, Lei nº 17.002, de 23/05/19	Art. 2º Fica acrescido o 2º-A ao art. 9º da Lei nº 15.888, de 5 de novembro de 2011, na seguinte redação:	368,54	229,87	143,38	Potencial Arrecadatório Não Exercido
IPU	Proprietários de imóveis contemplados	Lei nº 17.202, de 16/10/19	Art. 9º - 2º-A. A partir do exercício de 2020, serão aplicadas as percentuais previstos nos incisos I e II do "caput" deste artigo, ainda que o valor venal do imóvel supere, no exercício do lançamento, os limites previstos no art. 7º desta Lei.	65,67	40,78	25,14	Remissão
ISS	Proprietários de imóveis contemplados	Lei nº 17.202, de 16/10/19	Art. 15. Não será lançado imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS relativamente às notificações enquadradas no art. 9º desta Lei, destinadas exclusivamente a uso residencial, sem prejuízo de seu lançamento e cobrança posteriores pela Secretaria Municipal de Fazenda.	4,28	2,80	1,82	Remissão
IPU	Agremiações camaleões	Lei nº 17.245, de 11/12/19	Art. 6º Ficam isentas do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU as agremiações camaleões e entidades organizacionais do carnaval paulista, que representem agremiações camaleões.	15,68	16,26	16,83	Isenção
IPU ISS e TAXAS	Agremiações camaleões	Lei nº 17.245, de 11/12/19	Art. 7º Fica concedida remissão integral dos créditos tributários, relativos a juros correspondentes, relativamente aos débitos do Imposto sobre Serviços - ISS, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, da Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos - TFE e Taxa de Fiscalização de Atividades - TFA, das pessoas a que se refere o art. 1º da Lei nº 14.910, de 27 de fevereiro de 2009, e 6º desta Lei, vencidos até a data de notificação desta Lei.	-	-	-	Remissão
ITBI	Grandes empresas	Lei nº 17.255, de 26/12/19	Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo à Manutenção do Emprego no Município de São Paulo - PIME - destinado a apoiar e incentivar a manutenção dos empregados no Município de São Paulo.	5,13	-	-	Potencial Arrecadatório Não Exercido
ISS e TAXAS	Grandes empresas	Lei nº 17.255, de 26/12/19	Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo à Manutenção do Emprego no Município de São Paulo - PIME - destinado a apoiar e incentivar a manutenção dos empregados no Município de São Paulo.	145,93	-	-	Potencial Arrecadatório Não Exercido

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021

Classificação das várias formas de Renúncia de Receita

O presente quadro tem por objetivo detalhar as renúncias passíveis de mensuração com os dados disponíveis para a Administração Tributária.

a. **Desonerações:** são as renúncias de receita tributária decorrentes de dispositivos de lei municipal que criam isenções, remissões, benefícios fiscais e incentivos fiscais. Em outras palavras, é a renúncia de receita que ocorre expressamente de algum benefício fiscal instituído pelo Município de São Paulo e que poderia, por exemplo, ser reduzido ou extinto por alteração na lei que o criou.

Exemplos: isenção de IPTU para agremiações desportivas - isenção de ISS para empresas estabelecidas na Zona Leste - Isenção de IPTU sobre terrenos não construídos localizados na Zona de Proteção aos Mananciais - cobrança de ISS por profissional, com base de cálculo fixa, no caso de SUP.

b. **Potencial Arrecadatório Não Exercido:** aqui, além do valor das Desonerações, inclui-se também o valor que o Município deixa de arrecadar em tese por fixar uma alíquota tributária menor do que a máxima permitida (no caso do ISS), ou aquela que traria o maior rendimento (alíquota "ótima") no caso do IPTU e do ITBI. Fala-se "em tese" porque o aumento excessivo da alíquota poderia ser entendido como confisco ou, o que seria mais provável, afastar grande número de pessoas e empresas da cidade, o que reduziria o total de contribuintes e, conseqüentemente, a arrecadação.

Exemplos: alíquotas de ISS inferiores a 5% (alíquota máxima permitida) - não atualização da PGV ou atualização com reajuste dos valores venais em patamar inferior ao da valorização dos imóveis.

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021

c. **Potencial Arrecadatório Máximo:** Aqui, além do valor do Potencial Arrecadatório Não Exercido, inclui-se também a soma dos valores que o Município de São Paulo deixa de arrecadar em função das limitações constitucionais ao poder de tributar - ou seja, a própria Constituição ou as Leis Complementares Federais (que organizam o sistema tributário nacional) estabelecem que determinadas entidades ou situações não poderão ser tributadas, o que diminui o valor que os Municípios podem arrecadar. A diferença entre tais hipóteses constitucionais e os demais casos tratados nos itens acima é que o Município, evidentemente, não pode alterar a Constituição ou as Leis Complementares Federais. Assim, esta renúncia de receita está "fora das mãos" do Município de São Paulo - não podemos extingui-la ou reduzi-la.

Exemplos: imunidade recíproca (Entes Federativos diferentes não podem cobrar impostos uns dos outros) - imunidade de templos de qualquer culto - imunidade de entidades beneficentes de assistência social - não incidência do ITBI sobre determinadas operações societárias envolvendo imóveis.

d. **Benefícios Financeiros e Creditícios:** podem ser considerados renúncia em sentido lato, mas não o são do ponto de vista técnico. Isso porque tais benefícios (geralmente concedidos na forma de "Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento - CIDs") não diminuem, do ponto de vista contábil, a receita do Município, mas sim constituem um passivo em favor do particular, que poderá usar tais créditos para quitar, total ou parcialmente, algum crédito tributário, em uma espécie de "encontro de contas".

Exemplos: Programa de Municipal de Apoio aos Projetos Culturais (PRO-MAC) - Incentivo à contribuição ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUMCAD).

Notas Explicativas - Critérios de levantamento dos valores de renúncia de receitas:

IPTU:

- Os benefícios incidentes sobre o imposto predial e o imposto territorial foram somados, nos casos em que constam separadamente na mesma lei, pois efetivamente ambos os tributos são objeto de um único lançamento;